ResearchGate

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: https://www.researchgate.net/publication/330703049

O desafio da convivência. Ao tratar da mesma forma indisciplina e violência, escola perde oportunidade de agir de forma reflexiva e transformadora.

Article · November 2018

CITATIONS
3

READS
5,741

2 authors:

Telma Vinha
State University of Campinas (UNICAMP)
46 PUBLICATIONS **242** CITATIONS

SEE PROFILE

Cesar Nunes
State University of Campinas (UNICAMP)
29 PUBLICATIONS **206** CITATIONS

SEE PROFILE

All content following this page was uploaded by Telma Vinha on 29 January 2019.

The user has requested enhancement of the downloaded file.

por TELMA VINHA *e* CESAR A. AMARAL NUNES

AO TRATAR DA MESMA FORMA INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA, ESCOLA PERDE OPORTUNIDADE DE AGIR DE FORMA REFLEXIVA E TRANSFORMADORA

O DESAFIO DA convivência

TELMA VINHA
é pedagoga e doutora em Educação pela Universidade de Campinas (Unicamp) e professora do Departamento de Psicologia Educacional da mesma instituição. Vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (Gepem) da Unesp/Unicamp.

CESAR A. AMARAL NUNES
é doutor em Física pela Universidade Técnica de Munique, mestre e bacharel em Física pela USP. Gerente de soluções do Instituto Unibanco e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (Gepem) da Unesp/Unicamp.

O Brasil tem altíssimos índices de violência envolvendo jovens, e, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência interpessoal é a maior causa de morte destes.[1] O conceito de violência interpessoal inclui assassinatos, agressão, brigas, *bullying*, violência entre parceiros sexuais, feminicídio e abuso emocional.

Os conflitos estão bastante presentes também no interior das escolas. A indisciplina dos alunos é considerada um dos fatores mais preocupantes no cotidiano escolar pelos professores.[2] Inúmeros estudos[3] mostram que a "indisciplina" contribui para a insatisfação, a desmotivação e o estresse dos docentes, impactando a atratividade e a permanência na carreira do magistério. Segundo a pesquisa Teaching and Learning International Survey – Talis –,[4] de 2013, o Brasil é um dos países que apresentam maior frequência de problemas disciplinares em sala de aula, sendo que os professores utilizam por volta de 18% do tempo de aula para conseguir manter a classe em ordem.

Os dados de outra pesquisa, realizada pela OCDE[5] com mais de 100 mil professores e diretores de escola dos ensinos fundamental e médio de 34 países, revelam que, no Brasil, 12,5% dos educadores disseram sofrer agressões verbais ou intimidações de alunos ao menos uma vez por semana (a média entre todos os países foi de 3,4%).

A violência na escola é sentida também pelos alunos. O estudo coordenado pela socióloga Miriam Abramovay[6], pesquisadora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), em investigação com mais de 8 mil jovens estudantes em sete capitais, aferiu que 70% desses alunos consideram que já ocorreu violência em suas escolas. Ao serem indagados sobre o tipo de agressão a que foram submetidos nos últimos 12 meses, esses jovens responderam que: 27,7% sofreram *cyberbullying*, 20,9% foram ameaçados, 25%, roubados ou furtados e 13%, agredidos fisicamente.

Ao serem questionados sobre o que fazem quando são agredidos, menos da metade dos jovens procura um membro da equipe escolar demonstrando não confiar nas medidas que serão tomadas. A escola deveria ser um lugar de proteção e de resolução dos conflitos por meio do diálogo. Contudo, não é o que se tem encontrado: o estudo mostra que, diante das agressões, as escolas terceirizam o problema, chamando os pais, a polícia, o conselho tutelar, ou punem com advertências, suspensões, transferências ou expulsões. Outro dado chama atenção: quase um terço dos entrevistados revela que já sofreu algum tipo de discriminação por raça, religião, deficiência física, orientação sexual, classe social e preferência política. O problema da discriminação aparece em vários estudos. A escola é palco de inúmeras agressões, contudo elas parecem ser ainda mais frequentes contra os jovens LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Uma pesquisa de 2017 de associação que defende esses grupos (ABGLT) mostrou que 24,6% dos jovens sofreram agressões físicas e 73% foram agredidos verbalmente na escola por causa da sua orientação sexual. E a maioria afirmou nunca ter presenciado intervenção dos profissionais da instituição quando houve agressões, tampouco foram abordadas tais temáticas nas aulas. A escola aparentemente trata o problema como normal entre alunos.

Contudo, o problema do aumento da violência escolar, principalmente em escolas públicas, é controverso e necessita de análise cuidadosa. Consideramos violências "duras" aquelas reguladas pelo Código Penal, como lesões, extorsão, tráfico de droga, agressões físicas, roubo etc. E, ao contrário da percepção vigente, alguns estudos indicam que, na média, não há aumento da incidência de violência dura. Porém, há o crescimento[7] de outro tipo de conflito: as "incivilidades", particularmente as pequenas infrações que se repetem constantemente, agressões verbais, insultos, provocações e desrespeito.

estudos indicam que, na média, não há aumento da incidência de violência

Menor que o alardeado

Um exemplo são os resultados divulgados pela Fundação Lemann e pela Meritt Informação Educacional a partir dos dados da Prova Brasil que mostrou que, em 2011, 1,9% dos docentes respondeu ter sido agredido fisicamente por estudantes dentro de colégios, índice inferior aos 2,3% de 2007. Porcentagem parecida foi encontrada entre os docentes que relataram casos de agressão física contra alunos cometida por professores na escola em que atuavam (1,5% em 2011 e 1,62% em 2007). Revelou-se também que, em 2011, 0,85% dos professores relatou ter visto alunos frequentarem a escola portando armas de fogo, sendo 1,14% em 2007. E, ainda, 4,04% relataram casos de alunos portando facas e canivetes na escola em 2011, contra 5,17% em 2007. Esses resultados indicam que, na média, não houve aumento desse tipo de violência em cinco anos. Claro que existe violência escolar, mas em menor número do que o alardeado. Sua maior incidência é encontrada, principalmente, em algumas unidades escolares de grandes centros.

Então, por que essa percepção generalizada de aumento da violência escolar? A resposta pode estar na falta de diferenciação dos diferentes problemas de convivência, sendo todos considerados violência. Constata-se tal equívoco em uma pesquisa feita pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e o Instituto Data Popular[8]

1 WENTZEL, 2017.

2 VINHA et al., 2017; LEME, 2006; LEMANN, 2014, 2015; ZECHI, 2008, 2014; GARCIA, 2009, 2010; AQUINO, 2016.

3 TARDELI, 2003; OECD, 2013; SILVA, MATOS, 2017; TARTUCE, NUNES e ALMEIDA, 2010

4 TALIS, 2009, 2013. Principais resultados disponíveis em: http://www.oecd.org/edu/school/TALIS-2013-country-note-Brazil-Portuguese.pdf.

5 OCDE, 2017. Disponível em http://www.ideas-forum.org.uk/news/item/89-oecd-global-competency-report-published.

6 ABRAMOVAY, 2016. Disponível em http://flacso.org.br/files/2016/03/Diagn%C3%B3stico-participativo-das-viol%C3%AAncias-nas-escolas_COMPLETO_rev01.pdf.

7 DEBARBIEUX, 2006; LUCATO, 2012; RAMOS, 2013; BLAYA et al., 2006; GARCIA, TOGNETTA, VINHA, 2013.

8 APEOESP, 2015.

que teve como participantes 1.400 docentes de escolas estaduais paulistas. Os resultados mostraram que esses professores consideram violência escolar xingamentos; violência física; falta de educação; problemas familiares; violência/agressão em geral; *bullying*; mau comportamento entre alunos. Também aparecem indisciplina, drogas e álcool, falta de valorização do professor e vandalismo. Percebe-se, portanto, que muita coisa é considerada violência, incluindo até falta de educação, mau comportamento e problemas dos pais. Esses professores parecem desconhecer a existência de diversos tipos de problemas de convivência, com naturezas distintas e que pedem intervenções também diferenciadas para que resultem em melhoria no convívio.

Tal indiferenciação tem sido encontrada também na mídia em geral. Um exemplo foi veiculado no jornal paulistano *Agora*, em 10 de abril de 2013, numa reportagem intitulada "Crescem casos de violência em escolas estaduais de SP". Na matéria consta que "o número de casos de indisciplina, brigas, vandalismo, furtos, roubos e outros delitos registrados em escolas estaduais da capital mais do que dobrou em dois anos". E aponta para o registro de 2.154 ocorrências em 2010, contra 5.378 casos em 2012.

indisciplina e brigas são vistas como violência, o que gera alarmismo

Constata-se, assim, que a indisciplina e as brigas são vistas como violência, o que gera alarmismos e incentiva medidas coercitivas e controladoras, como, por exemplo, a contratação de empresas de segurança, instalação de filmadoras e parcerias com as secretarias de Segurança ou com o Exército na gestão das escolas, buscando-se na atuação policial o que caberia às escolas. Assim, elas são desqualificadas em seu papel de formar para a cidadania e destituídas de sua função pedagógica de promover a aprendizagem da convivência democrática. Essa questão é séria e precisa ser discutida pela comunidade escolar e pela sociedade, porque influencia diretamente a formação que queremos oferecer para nossas crianças e jovens.

A incivilidade ou as pequenas infrações à ordem estabelecida, como, por exemplo, provocações, comportamentos irritantes, insultos, zombarias, grosserias, conversas à margem do que se está tratando em classe, falta de pontualidade, indelicadeza, atribuição de apelidos, demonstração de indiferença, interrupção, entre outras, são condutas que se contrapõem às regras da boa convivência, do que se espera de um bom comportamento social e, portanto, são condutas "perturbadoras", mas não violentas.

Comportamentos como esses sempre estarão presentes em maior ou menor grau na escola e incomodam mais pela intensidade e frequência do que pela gravidade. É o que mostra o relato a seguir de uma classe de 8º ano em que havia muitas incivilidades:

> A classe com muito ruído, alunos em pé, gritando, não se escuta uma conversa em tom mais baixo. A professora vai andando e segurando os braços dos alunos que estão em pé, abaixando-os, fazendo com que se sentem. Ela se volta para frente da turma e começa a explicar o conteúdo e dizer que era para fazer a atividade que estava colocada na lousa, mas o barulho não permite que seja ouvida, pouquíssimos alunos prestam atenção.
>
> Profª: – Gente, vamos sentar, vamos sentar...
>
> Ninguém a ouve. A classe continua no maior barulho. Duas alunas se aproximam da professora para perguntar se a proposta era para ser realizada em dupla ou individualmente. Ela responde para todos da classe:
>
> Profª: – Gente, está escrito na lousa, vocês sabem ler!
>
> Alguns alunos jogam pedacinhos de papel nos outros colegas. Apesar de ver a brincadeira, a professora não realiza nenhuma intervenção. Quando os alunos querem pedir licença para os colegas para ver o que está escrito na lousa. Gritam:
>
> – LICENÇA!
>
> Ninguém escuta o pedido desses alunos sobre sair da frente da lousa, ou, se o ouvem, ignoram. A maioria não faz a atividade, continua conversando e brincando com o colega ao lado.

Inúmeras vezes, as incivilidades são vistas como "brincadeiras da idade" ou "falta de educação", sendo ignoradas ou contidas rapidamente pelos professores quando atrapalham a ordem da classe e o trabalho com os conteúdos. Ao agirem assim, acabam por promover um ambiente favorável à banalização dos maus-tratos, posto que o docente não realiza intervenções construtivas que auxiliem alunos a compreender a necessidade do respeito a qualquer pessoa, da coordenação de perspectiva e sentimentos e do "tratar bem" nas relações entre os pares.

No trato com as incivilidades, é importante diferenciar aquilo que "nos" incomoda (perspectiva particular), como as gírias ou chicletes, dos atos que realmente interferem na qualidade da convivência do grupo (perspectiva coletiva), como provocações constantes ou rispidez. Essas questões devem ser discutidas com os professores, em busca de coerência da equipe nas intervenções, e com a classe, nos encontros sistematizados para conversar sobre os problemas, sem nomear ninguém, dando espaço para que os alunos digam como querem ser tratados e elaborando normas em conjunto. O foco deve ser na qualidade da convivência que todos querem ter.

Não raro, no cotidiano da sala de aula, a incivilidade é confundida com indisciplina. As incivilidades, indisciplinas e transgressões são consideradas condutas perturbadoras (e não violentas), porém se diferenciam. Atualmente, pesquisadores da área[9] consideram indisciplina ações e situações

9. AMADO, 2001; ZECHI, 2008, 2014; ESTRELA, 1994; GARCIA, 2006, 2010, 2013; MORICONI, BÉLANGER, 2015; SILVA, MATOS, 2017.

variadas que compartilham alguma forma de desordem nas relações pedagógicas, capazes de interferir nas condições de aprendizagem, como, por exemplo, alunos fazerem o jogo da velha durante a apresentação de um seminário. Ela atravessa a relação professor-aluno e está relacionada à ruptura do contrato de aprendizagem. Apesar de poder ser atribuída à indisposição dos alunos, também pode ser decorrente de um currículo não conectado com a linguagem, cultura e condição econômica dos alunos

Na aula de História do 8° ano, o professor pediu que os alunos abrissem no capítulo 6°. Começou a ler em voz alta o texto que iniciava esse capítulo e, após um ou dois parágrafos, fazia uma pausa para explicar aos alunos o que tinha sido lido. Enquanto ele lia em voz alta, observamos a classe bastante dispersa: um aluno desenhava cuidadosamente com caneta nas costas das mãos; uma garota passava corretivo líquido nas unhas como se fosse esmalte; alguns alunos estavam desatentos, meio sonolentos; outros conversavam entre si; três meninos e duas meninas jogavam papeizinhos, tampas de caneta e borracha uns nos outros, mas de forma velada... Às vezes, o professor interrompia a leitura e pedia que um aluno continuasse a ler de onde ele tinha parado. Diante do desconhecimento do aluno do lugar em que deveria começar a leitura, o professor chamava outro, e assim por diante, censurando-os por não estarem atentos, pelo mau comportamento e pelas brincadeiras. Disse que esse capítulo ia cair na prova e que não iria repetir a explicação.

Para lidar com a indisciplina

Retomamos o relatório do Talis que constatou que os professores brasileiros perdem 18% do tempo de aula tentando controlar a indisciplina: "Os resultados do Brasil indicam que um número substancial de professores não alcança o padrão mínimo de disciplina em sala de aula que permita o ensino".

Ao analisarem o fenômeno da indisciplina escolar por meio dos dados do Pisa, Silva e Matos[10] observam que as situações de indisciplina ocorrem tanto em escolas públicas quanto em particulares, não havendo relação significativa com nível socioeconômico, origem familiar, infraestrutura da escola, gênero e tamanho da classe. Porém, identifica-se uma relação significativa com a repetência e com relação professor-aluno (quanto melhor a relação professor-aluno, menor a indisciplina). As pesquisas revelam também que a indisciplina depende mais de fatores intra do que extraescolares, e as características, atitudes e práticas do professor podem exercer um papel fundamental na sua prevenção. Essas atitudes traduzem-se no tratamento justo e respeitoso, no bom relacionamento com os alunos, na disponibilidade para ajudar os estudantes, na escuta atenta e no interesse demonstrado pelo bem-estar dos menores.

As intervenções construtivas nas situações de indisciplina buscam a melhoria da relação professor-aluno, o estabelecimento ou a revisão do contrato professor-aluno e a revisão das ações pedagógicas que levem os estudantes a conectarem-se novamente com a aprendizagem.

10. SILVA, MATOS, 2017. Disponível em http://dx.doi.org/10.18222/eae.v28i68.4590.

Já o *bullying* não é conduta perturbadora, mas sim violenta, pois é a prática de atos agressivos entre pares. Ele se diferencia de outras formas de violência pelas seguintes características: há intenção do(s) autor(es) em ferir; são atos repetidos contra um ou mais alvos constantes; há uma concordância do alvo sobre o que pensam dele e há espectadores. Esse aspecto é muito importante porque os ataques de *bullying* são escondidos dos adultos, mas não dos pares, ou seja, há sempre uma plateia que testemunha as agressões. São garotos e garotas, de idades próximas, que assistem silenciosos e alimentam o problema, dando poder e prestígio ao autor. Muitas vezes, esse público participa com risos, mantendo a imagem de que isso é divertido e de que pertence ao grupo dos poderosos. Há, ainda, a excessiva preocupação com a própria imagem perante os outros ou o medo de se tornar vítima. Os adolescentes estão construindo sua identidade social e receiam não serem aceitos. A entrevista que se segue,[11] com um garoto alvo de *bullying*, ilustra essas ideias:

11. LUCATTO, L. C. A justiça restaurativa nas escolas: investigando as relações interpessoais. Dissertação de mestrado, Campinas: Unicamp, 2012.

indisciplina ocorre tanto nas escolas públicas quanto nas particulares

PREOCUPAÇÃO COMPARTILHADA

Ideia expressa pelo método Pikas, desenvolvido pelo psicólogo sueco Anatol Pikas para os casos já confirmados de *bullying*. Ele defende que a solução do problema do *bullying* é compromisso de todos os envolvidos. É uma abordagem que tenta investigar as causas desse problema, bem como chegar a uma solução duradoura para o caso por meio de uma série de reuniões individuais ou coletivas com os estudantes envolvidos.

os conflitos escolares ainda são mal compreendidos no Brasil

Pesq.: Você disse que não gosta de algumas coisas na sua sala, o que você não gosta?

Aluno: Alguns alunos ficam me xingando, outros ficam me batendo, dando rasteiras... Aí a gente cai, ficam xingando, batendo na gente, entra na sala enchem o saco e a gente não consegue fazer a lição.

Pesq.: E eles xingam de quê?

Aluno: Ah... de gay filho da puta.

Pesq.: E o que você faz quando eles te xingam?

Aluno: Eu falo que vou falar pra coordenadora, eles me ameaçam... então eu fico com medo porque a mãe não tem tempo de vir aqui, né?

Pesq.: Como você se sente na hora que te xingam?

Aluno: Ah, eu me sinto muito "ruim" porque as pessoas não têm educação pela gente. Eles querem "se achar" só porque são mais velhos que a gente... maiores, né? Fica todo mundo rindo, achando engraçado me zoarem.

Um estudo[12] realizado pelo Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (Ceats) e Fundação Instituto de Administração (FIA) com mais de 5 mil alunos do ensino fundamental 2 mostra que os maus-tratos entre pares na escola estão presentes em cerca de 30% dos estudantes pesquisados. Especificamente, o *bullying* foi verificado em 10% dessa amostra, não havendo diferença significativa na ocorrência entre as escolas das capitais e das cidades do interior. Outra pesquisa, coordenada pelos pesquisadores Tognetta, Rosário e Avilés[13] com 2.600 estudantes entre 14 e 15 anos de escolas públicas e privadas do estado de São Paulo, aferiu que 16% deles eram alvos, 19,5%, autores e 63%, espectadores de episódios do gênero.

A partir de um diagnóstico, a construção de um programa *antibullying* exige uma reflexão da comunidade educativa sobre as próprias condutas, assumindo novos compromissos e propondo estratégias sistêmicas tais como: círculos de qualidade, desenvolvimento da assertividade para vítimas e da empatia para agressores, aplicação do método de preocupação compartilhada (*ver texto na pág. 77*),além da formação de equipes de ajuda.[14] Devemos atuar também na plateia, já que a identificação do *bullying* no estágio inicial é mais fácil para os alunos e o auxílio, eficaz. É preciso construir um programa permanente com estratégias claras de intervenções no curto e no longo prazo que permitam que a escola esteja de fato atenta às angústias de seus alunos.

12. PLAN, 2010. Disponível em http://www.ucb.br/sites/100/127/documentos/biblioteca1.pdf.

13. TOGNETTA, ROSÁRIO, AVILÉS, 2016.

Os conflitos escolares ainda são mal compreendidos no Brasil. Em geral, a instituição escolar não se vê como também promotora deles e muito menos se sente implicada na busca de soluções que promovam a aprendizagem da convivência democrática. Muitos consideram que o gerenciamento dos problemas comportamentais está além da função de professor e pedem intervenções externas para coibi-los. No estudo realizado pela Apeoesp,[15] a maioria dos professores (74%) considera que a falta de respeito, de valores e de educação dos alunos é a principal causa da violência nas escolas. Atribuem também a violência à educação em casa (49%) e à desestruturação familiar (47%) e sugerem como medidas para a redução desse problema os debates sobre o tema, profissionais de suporte pedagógico, investimento em cultura e lazer e policiamento nas áreas próximas. Ao serem questionados sobre quem pode resolver o problema da violência nas escolas, mais de um terço dos docentes apontam a família (35%), o Estado (19%) e a diretoria (13%). Esses dados vêm ao encontro de outros estudos, como o realizado pela pesquisadora Maria Malta Campos, da PUC-SP (*A qualidade da educação sob o olhar dos professores*, 2008), que indicam que a escola não se vê como também promotora dos conflitos, muito menos se sente implicada na busca de soluções que promovam aprendizagem da convivência democrática. Consideram a administração das situações conflituosas entre os estudantes como algo desviante da função de professor e, por conseguinte, propõem intervenções externas para coibi-las.

A forma como lidamos com os conflitos interfere na formação das nossas crianças e jovens. Gostaríamos que os alunos respeitassem voluntariamente as regras, quando justas e necessárias. Por outro lado, o despreparo e a insegurança quase generalizada dos educadores diante dessas situações acarretam o emprego de soluções temporárias, tais como as punições e a vigilância sistemática. Um aluno que agride e é punido com advertência ou suspensão pode aprender a evitar brigas na escola ou a não ser pego, mas não significa que desenvolveu formas não violentas de expressar seus sentimentos e estratégias mais cooperativas e respeitosas para resolver seus conflitos. Não raro, tais conflitos acabam se transferindo para "a rua" ou para o mundo virtual. Ao utilizar principalmente procedimentos disciplinares normativos e punitivos, a atuação da instituição parece ter como objetivo principal somente evitar os conflitos dentro do seu espaço. As escolas têm atuado como "bombeiros", "apagando incêndios" depois que os conflitos ocorrem, e não agindo de maneira preventiva, com ações sistematizadas coordenadas.

Não queremos formar jovens "educados" apenas quando estão diante de autoridades ou quando monitorados. O ideal é que eles aprendam a interagir seguindo critérios e regras morais que sempre consideram os sentimentos, as necessidades e a perspectiva de si mesmos e as dos outros. Por ser um laboratório social por excelência, em que uma pessoa permanece por muitos anos, a escola tem uma influência e uma responsabilidade significativa na formação de cidadãos autônomos, que sabem resolver conflitos de maneira assertiva e não violenta.

14. As equipes de ajuda são uma modalidade de sistemas de apoio entre pares ou redes de proteção em que alunos são escolhidos pelos colegas para atuar diante dos problemas de vitimização e maus-tratos entre pares e outros conflitos que impedem ou prejudicam a convivência na escola (TOGNETTA, DAUD, 2017).

15. APEOESP, 2013.

View publication stats